



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1005026-20.2017.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Protesto Indevido de Título**
 Requerente: **Michele de Fátima Pedroso**
 Requerido: **Marcos Vinícius Pereira dos Santos**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **DANIEL LUIZ MAIA SANTOS**

Vistos.

Michele de Fátima Pedroso ajuizou ação contra **Marcos Vinicius Pereira dos Santos**. Alegou, em síntese, que foi indevidamente levada a protesto uma nota promissória, cuja assinatura não reconhece. Informou também que não tem informações acerca da origem do suposto crédito. Descreveu danos de ordem material e moral. Postulou a suspensão do protesto, a retirada de seu nome de cadastros de inadimplentes e, ao final, a declaração de nulidade do título, condenando-se o réu ao pagamento de indenização por danos materiais, a ser apurado em liquidação, e morais, de R\$ 3.600,00, correspondentes a dez vezes o valor do título protestado. Juntou documentos.

O pedido de tutela provisória foi indeferido.

O réu foi citado e contestou. Alegou, em suma, que em meados de 2009/2010 a autora adquiriu do réu um mostruário de semijoias para revender. A autora assinou uma documentação e uma nota promissória, em Ibaté. Ocorre que ela não pagou o débito que contraiu, no importe de R\$ 298,00, razão pela qual o título foi levado a protesto. Então, houve negociação e o débito dela foi pago. Em 2012, a situação se repetiu, pois a autora adquiriu novo mostruário de semijoias para revender, agora, por R\$ 360,00. Diante do não pagamento do débito, o réu promoveu novo protesto. Teceu comentários sobre a ciência da autora acerca da existência da dívida. Pediu a improcedência da ação e o reconhecimento de litigância de má-fé. Juntou documentos.

A autora apresentou réplica.

Determinou-se a realização de perícia grafotécnica.

A gratuidade processual foi deferida ao réu em segunda instância.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

O laudo foi apresentado e as partes se manifestaram.

O perito apresentou novo laudo e a autora se manifestou, impugnando-o.

É o breve relatório.

Fundamento e decido.

O pedido é improcedente.

A autora alegou que não assinou a nota promissória levada a protesto (fl. 14), no entanto, o perito foi enfático ao esclarecer que, nas peças questionadas, verificaram-se convergências na morfogenese, no andamento gráfico e ainda se enquadram na variabilidade intrapessoal dos paradigmas; cojetadas as assinaturas paradigmas e a questionada, verificaram-se convergências importantes, nos alógrafos, alinhamento gráfico, andamentos gráficos e ritmo gráfico - fl. 212.

O perito concluiu que a lavra questionada, na nota promissória levada a protesto, bem como os paradigmas, partiram de um único punho escritor, qual seja, da autora, tendo sua escala de conclusão como a de identificação (quando se determina que os lançamentos foram produzidos pela mesma pessoa) – fl. 218.

Portanto, a assinatura da nota promissória foi realizada pela autora.

Ademais, conquanto a autora tenha afirmado, na petição inicial, desconhecer absolutamente o débito mencionado no documento, é preciso observar que o réu, em contestação, trouxe a origem da emissão da nota promissória, o que mereceu até mesmo apreciação em outra ação que tramitou no Juizado Especial Cível desta comarca, a qual, conquanto extinta sem resolução de mérito, avançou na relação jurídica pretérita havida entre as partes.

Com efeito, o eminente magistrado **Silvio Moura Sales**, no processo nº 1001946-82.2016.8.26.0566, figurando as mesmas partes, teceu considerações que afastam por completo a alegada surpresa da autora. Confira-se:

O próprio marido da autora, ouvido em audiência, reconheceu que em data pretérita o réu já havia lançado protesto contra ela e que a mesma admitiu ter assinado um título para pagamento de compra realizada por sua genitora.

De outro lado, enquanto a testemunha Letícia Ramos Rios prestou seguro depoimento corroborando a explicação do réu, inclusive porque teria entregue o produto


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

(mostruário de semi-jóias) à autora sem que ela o vendesse ou devolvesse, relatou que o prazo para adimplemento da nota promissória era de trinta dias, ao passo que a fl. 67 se percebe - talvez por equívoco - a coincidência entre as datas de emissão e pagamento da cártula (fl. 48).

A autora, entretanto, além de negar sua assinatura na cártula, de forma indevida, pois a perícia concluiu ter sido ela quem efetivamente assinou o título levado a protesto, omitiu do juízo informações importantes acerca da relação jurídica mantida anteriormente com o réu, fazendo parecer, na exposição da causa de pedir, que desconhecia absolutamente a origem do débito, o que ficou desmentido de forma patente com a defesa e documentos que a instruíram.

Portanto, o pedido é improcedente, impondo-se reconhecer que a autora é litigante de má-fé, porquanto violou claramente o dever de boa-fé processual, ao não expor os fatos em juízo conforme a verdade, de acordo com os artigos 5º e 77, inciso I, do Código de Processo Civil.

De fato, deduzir pretensão sem base no que efetivamente ocorreu é algo que transborda o limite da litigiosidade e configura ato caracterizador de litigância de má-fé, previsto no artigo 80, inciso II, do mesmo diploma legal.

Ante o exposto, julgo improcedente o pedido, extinguindo-se o processo, com resolução do mérito, com base no artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil.

Condeno a autora ao pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, que arbitro por equidade em R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), quantia que está em consonância com as diretrizes do artigo 85, §§ 2º e 8º, do Código de Processo Civil, diante do baixo valor dado à causa, além de multa no valor equivalente a 5% (cinco por cento) do valor da causa, por litigância de má-fé, de acordo com o artigo 81, do mesmo diploma legal, lembrando-se que a gratuidade processual não afasta o dever de pagar a multa imposta.

Publique-se e intime-se.

São Carlos, 24 de julho de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**